

O DESPOJO TERRITORIAL E O DESASTRE AMBIENTAL DO RIO DOCE/MG – BRASIL

Territorial dispossession and the environmental disaster of the Doce river / MG - Brazil

El despojo territorial y el desastre ambiental del río Doce / MG - Brasil

João Mendes Rocha Neto
Universidade de Brasília
jmdrn@uol.com.br

Resumo

Em 2015 o Brasil foi atingido pelo maior desastre ambiental de sua história com a ruptura da Barragem de Fundão, no estado de Minas Gerais. O artigo discute esse episódio como um aspecto da apropriação do território pelas grandes corporações, enfatizando o acidente enquanto processo de desterritorialização. Para compreensão do problema foi realizada uma revisão bibliográfica; adicionalmente foram coletadas informações junto a instituições para demonstrar como os distintos atores se posicionam frente à questão; por fim, foram realizadas entrevistas e registros fotográficos nas áreas atingidas pelo desastre. As conclusões do artigo revelam um território marcado pela imposição da lógica territorial das mineradoras e um ambiente institucional que não consegue promover as reparações sociais e ambientais decorrentes do desastre.

Palavras-chave: território, desastre ambiental, Mariana-MG, territórios da mineração, rio Doce.

Abstract

In 2015, Brazil was hit by the biggest environmental disaster in its history with the rupture of the Fundão Dam in the state of Minas Gerais. The article discusses this episode as an aspect of the appropriation of territory by large corporations, emphasizing the accident as a process of deterritorialization. To understand the problem, a bibliographic review was carried out; In addition, information was collected with institutions to demonstrate how the different actors position themselves in relation to the issue; Finally, interviews and photographic records were conducted in the areas affected by the disaster. The conclusions of the article reveal a territory marked by the imposition of the territorial logic of mining companies and an institutional environment that fails to promote social and environmental reparations derived from the disaster.

Keywords: territory, environmental disaster, Mariana-MG, mining territories, Río Dulce.

Resumen

En 2015 Brasil fue alcanzado por el mayor desastre ambiental de su historia con la ruptura de la Represa de Fundão, en el estado de Minas Gerais. El artículo discute este episodio

como um aspecto de la apropiación del territorio por las grandes corporaciones, enfatizando el accidente como proceso de desterritorialización. Para comprender el problema se realizó una revisión bibliográfica; adicionalmente fueron recolectadas informaciones junto a instituciones para demostrar cómo los distintos actores se posicionan frente a la cuestión; por fin, se realizaron entrevistas y registros fotográficos en las áreas afectadas por el desastre. Las conclusiones del artículo revelan un territorio marcado por la imposición de la lógica territorial de las mineras y un ambiente institucional que no consigue promover las reparaciones sociales y ambientales derivadas del desastre.

Palabras clave: territorio, desastre ambiental, Mariana-MG, territorios de la minería, río Dulce.

Considerações Iniciais

A atividade mineradora no Brasil vem se apropriando de extensas áreas e impondo sua lógica aos territórios, modificando não somente as paisagens, mas sobremaneira interferindo nas relações sociais, com uma relevante participação do poder público por intermédio de suas políticas públicas.

Essa territorialidade pautada pela atividade mineradora tem se mostrado cheia de situações conflituosas, considerando a expressividade do setor para a economia do país, sob o comando de grandes corporações mundiais.

Apesar de o setor ser marcado por alguns acidentes, foi em novembro de 2015 que o Brasil assistiu aquele que seria o maior desastre ambiental de sua história, com a ruptura da Barragem do Fundão, no estado de Minas Gerais, pertencente a Samarco Mineração S/A. Além das mortes causadas diretamente pelo desmoronamento da parede da barragem e seus reflexos sobre a população do povoado de Bento Rodrigues, que localizava-se a jusante, o evento espalhou rejeitos de minério por toda calha do rio Doce, ao longo de mais de 800 quilômetros.

Um desastre dessa magnitude possui efeitos imediatos e outros que se manifestam com o tempo, evidenciando a importância que um corpo de água desses possui para o território. Portanto, é um evento que seus resultados não são possíveis de alcançar em uma análise superficial, considerando que ao longo do tempo vão se revelando outros efeitos, sob diversas dimensões.

Nesse sentido, o presente artigo possui a intenção de discutir o conceito de território e alguns dos seus desdobramentos sob a perspectiva do evento, refletindo as escalas do problema e suas distintas e complexas formas de manifestação. Discutindo a fase do capitalismo global que acumula via despojo e que resulta em processos de territorialização

contínuos presididos por lógicas que vão se sucedendo no tempo, remetendo aos conceitos de desterritorialização e reterritorialização.

No caso específico do desastre ambiental de Mariana, essa trajetória já vinha se desenhando e adquiriu sua feição mais perversa quando da ruptura da barragem, promovendo uma desterritorialização sob a feição do medo e da insegurança. Dessa forma, a opção teórica aqui reside na centralidade do conceito de territorialização, entendendo-o como o mais adequado para tratar do caso.

Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica com autores que discutem a temática; posteriormente o evento foi caracterizado, com levantamento de dados em documentos e sítios eletrônicos de órgãos governamentais que estão atuando na reparação dos efeitos do desastre; e finalmente será apresentada uma relação dos conceitos com alguns registros fotográficos e entrevistas in loco que evidenciam como o evento é percebido enquanto processo de despojo territorial.

Debate sobre o território e suas derivações conceituais

Visto como um dos pilares conceituais da geografia, o conceito de território sofreu mudanças, mas sempre esteve relacionado a questão do poder e, portanto, da possibilidade de alguns atores estabelecerem uma posição de hegemonia frente aos demais, conforme demonstrado por Saquet e Silva:

Encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território (...) é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças. Isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território. (SAQUET; SILVA, 2008, pp. 30)

Para Raffestin (1993), o território seria o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço. Assim: “[...] o território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.” (RAFFESTIN, 1993, pp.50).

A contribuição permite compreender o território como uma arena onde existe interdependência entre agentes que impõem suas lógicas em distintos momentos, alguns

com maior perenidade no tempo e, portanto, no espaço geográfico; e outros que são mais passageiros nessa configuração territorial, sendo suas expressões espaciais secundarizadas pelos primeiros.

Adicionalmente, Giuseppe Dematteis (2005), o entende como uma construção social, com desigualdades, com características naturais e relações horizontais e verticais, isto é, significa uma complexa combinação de certas relações territoriais.

Segundo o dicionário especializado, *Les mots de la Géographie*, (BRUNET, et. al., 1993), encontram-se referências a dois outros aspectos, concebendo o território como (i) “espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação”, reforçando sua dimensão simbólica associada ao ambiente vivido pelos indivíduos, denominado de territorialidade; e (ii) compreendido em sua distinção com o conceito de rede, aquele apresentando uma lógica zonal e este último operando numa lógica reticular, orientada pela presença das verticalidades na tessitura de diversas horizontalidades.

Para Andrade (2004), o território estaria vinculado ao espaço de exercício de um poder (domínio ou gestão de uma área), tanto do ponto de vista de um poder público-estatal quanto pelo poder das grandes empresas. Embora subjacente nas definições anteriores, o autor traduz essas relações de poder no/do/para o território para além daquele que o Estado legitimamente exerce e ultrapassa essa perspectiva, sinalizando que o capital e seus arranjos empresariais (de natureza diversificada) também revelam um espaço onde suas lógicas presidem a configuração.

Já para Haesbaert (2006), o território pode ser definido em termos políticos, ou político-jurídicos e históricos, referentes à ação do Estado; em termos econômicos, associado à apropriação econômica dos espaços, derivada da divisão territorial do trabalho e da luta de classes; e em termos culturais, identificado com relações simbólicas – individuais ou coletivas – com o espaço.

Apesar de algumas permanências no entendimento do território, o autor incorpora a dimensão simbólica que amplia a perspectiva mais complexa das relações de poder em distintas escalas o que vai revelar os mecanismos para o entendimento desse complexo arranjo socioespacial que recai sobre a área atingida pelo desastre a partir do que aqui serão tratadas as derivações conceituais do território.

Essas derivações são resultantes de contexto complexos, em que o território é objeto de análise de distintos campos do conhecimento, conforme já apontado por Haesbaert (2006). No caso específico do desastre do rio Doce o entendimento de território se dá de forma

multidimensional e associa-se a perspectiva de distintas abordagens conceituais segundo os campos do conhecimento e dos impactos decorrentes do evento.

No parece mais apropriado partir do conceito de Território Usado, utilizado por Milton Santos, entendido como o conjunto os objetos e ações, sinônimo de espaço humano e espaço habitado, onde se encontram as horizontalidades e as verticalidades ligados por formas de processos sociais e redes. É uma configuração espessa de mediações (materiais e imateriais), que contempla os agentes, tanto os hegemônicos como os hegemonzados e nos permite compreendê-lo como uma trama de relações complementares e conflitantes (SANTOS, 1996).

Isso permite compreender que as horizontalidades são as relações sociais forjadas em distintos momentos históricos que muitas vezes estão relacionadas com as populações tradicionais. Embora estas estejam há mais tempo nesse espaço suas relações são subsumidas pela verticalidade que se dão a partir das lógicas hegemônicas do setor produtivo, notadamente aqueles que operam em larga escala, a exemplo da mineração.

É importante entender que na escala geográfica das populações tradicionais ou aquelas que estabeleceram historicamente algum tipo de relação com o rio, por intermédio de seus múltiplos usos, teríamos um processo conhecido como “territorialização” entendido como o arranjo que se constituiu historicamente ao longo da bacia do rio Doce, sem que houvesse a dicotomia urbano – rural, nem que as frações territoriais pudessem ser separadas, que de fato não o são. O território aqui é visto como uma totalidade em que distintos usos e lógicas coexistem, nem sempre de forma pacífica. Logo, nele se incorporam as dimensões social, econômica, ambiental, cultural/histórica, etc.

Nessa perspectiva é importante entender que a lógica anterior do território usado é subvertida, pois a territorialização, seria a constituição de referenciais simbólicos e identitários junto a um recorte espacial. Poderia ser também chamada de enraizamento territorial, vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território. Nesse sentido, embora se mencione a presença dos atores hegemônicos a discussão centra-se em aspectos subjetivos o que não é uma praxe do mundo racional das grandes empresas.

A territorialização seria, portanto, todo o arranjo que se constituiu historicamente ao longo da bacia do rio Doce, sem que houvesse a dicotomia urbano – rural, nem que as frações territoriais pudessem ser separadas, que de fato não o são. O território aqui é visto como uma totalidade em que distintos usos e lógicas coexistem, nem sempre de forma pacífica. Logo, nele se incorporam as dimensões social, econômica, ambiental, cultural/histórica,

etc. A ocupação do vale denota esse processo que pode ser sintetizado a partir do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce que destaca:

Em suas margens, foram construídas as primeiras vilas, que mais tarde se tornaram cidades, e a partir daí se desenvolveu todo o processo de ocupação da região que se potencializou nas últimas décadas do século XX (...). Ainda hoje o sistema de drenagem desempenha um papel fundamental na economia do leste mineiro e do noroeste capixaba, uma vez que fornece a água necessária aos usos doméstico, agropecuário, industrial e geração de energia elétrica, dentre outros usos. Além disso, funciona como canais receptores e transportadores dos rejeitos e efluentes produzidos por estas atividades econômicas e dos esgotos domésticos da grande maioria dos municípios ali existentes (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2013, pp. 20).

Assim, a territorialização da bacia do rio Doce foi se constituindo a partir da agregação de distintos atores e atividades que ora se confrontam na disputa pelo território, ora coexistem mesmo que em meio a tensões. Nesse processo existem os atores que se incorporam em distintos momentos, sendo a atividade minerária uma atividade histórica nesse espaço o que distingue na contemporaneidade é a atuação das corporações transnacionais; pois na região, denominada “quadrilátero ferrífero” encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com a presença de empresas com a Arcelor Mittal, Aperam South American, a Vale e a própria Samarco, entre outras.

Apesar de desastre sugerir um processo de desterritorialização, somente algumas de suas características são observadas, pois isso envolveria: o desenraizamento e a desorganização de territórios pela saída ou perda de vínculos identitários da população que constitui um território/territorialidade, ou pela ação externa de comandos estatais ou corporativo-empresariais que introjetam novas lógicas de modernização capitalista e de controle político estranhos ao território. A globalização, enquanto processo e discurso do capitalismo financeiro e monopolista, teria uma lógica intensamente desterritorializadora. A desterritorialização associada a catástrofes naturais, guerras e pobreza cria os aglomerados de exclusão. (HAESBAERT, 2006).

Nesse sentido, não se pode fazer uma afirmação peremptória da existência da desterritorialização em face do episódio, considerando que não aconteceu nenhuma diáspora e que isso não se deveu a um projeto de modernização, como ocorreu nos últimos anos com os grandes projetos hidrelétricos. Ademais, não existe associação com catástrofe natural, guerra ou pobreza crônica; mas sim um fato disruptivo que demarca a territorialização impositiva e excludente do vale do rio Doce.

Dessa forma, é necessário entender que a territorialização vem se manifestando historicamente com as mudanças da configuração, mas, sobretudo pela imposição de

lógicas que implicam na disputa pelo território e pelo consequente acesso de uns e pela exclusão de outros. Isso se replica, igualmente na disputa pelos múltiplos usos do rio Doce para reproduzir determinadas atividades produtivas.

A territorialização assim como a desterritorialização/reterritorialização não se manifestam somente pela multiplicidade de usos, sendo sua principal característica a presença de grandes corporações que estabelecem uma organização racional/funcional do espaço, obscurecendo os povos e comunidades tradicionais, nas suas distintas dimensões (culturais, políticas, sociais, ambientais) e promovem alterações significativas no modo de vida dessas populações.

O desastre atingiu todos aqueles que habitam a margem do rio Doce e que dele dependem, em face de um evento de grandes proporções, modificam suas relações territoriais por completo. Para algumas pessoas essas mudanças representam uma ruptura com sua trajetória histórica, notadamente daqueles segmentos que dependiam mais diretamente do rio, e outros veem o fato de forma secundária, mas nem por isso com menos preocupação, pois o corpo d'água agora passa a ser objeto de uma lide, uma vez que novos atores são incorporados passam a pautar a vida cotidiana desses contingentes populacionais, quanto ao uso do rio, e, conseqüentemente do território.

No momento atual é importante que se entenda a territorialização, considerando as escalas, permitindo uma leitura mais complexa do território que foge do discurso homogeneizador e enxergando a existência da “multiterritorialidade”, vista como a forma dominante, contemporânea ou consequência do capitalismo pós-fordista da acumulação flexível, das relações sociais construídas através dos territórios – rede – sobrepostos e descontínuos (HAESBAERT, 2006), onde se encontraria o território usado, presidido pela lógica racional dos atores hegemônicos e as “microterritorialidades” que em geral vinculam-se mais a espaços de pertencimento e representação, do que aos espaços de controle, e são evidenciadas quando as análises se permitem um maior detalhamento.

Logo, a desterritorialização implica em concomitantes reterritorializações que vão reformulando as microterritorialidades e acentuando a multiterritorialidade, em um processo que não se dá linearmente; mas fragmenta o território e faculta alguns atores presidirem o seu funcionamento e, portanto, impor uma lógica ao arranjo territorial, que é o caso da atividade mineradora e as empresas a ela relacionadas. Sendo a amalgama de ambos o processo de territorialização que expressa no tempo e no espaço, pelos distintos usos, embora presidido por atores que se hegemonizam.

Os territórios da mineração

Como já visto no capítulo conceitual que busca situar o contexto do evento, não se pode entender o território como um repositório passivo de ações, mas como resultados dos conflitos inerentes a sociedade e acentuados pelos distintos modelos de desenvolvimento.

No caso do Brasil, apesar da presença histórica da mineração, foi somente nos últimos cinquenta anos que a atividade se viu cooptada pelas grandes corporações e seus mega projetos que causam mudanças a extensas porções do território. Isso se deve a um discurso governamental, que resguarda interesses, da “vocaçãõ” do país para o setor em face de suas grandes reservas; mas também pelo movimento de forte internacionalização das empresas de mineração que além de tornarem-se gigantes, passam também a diversificar sua atuação, seja em setores que ficam a montante ou a jusante da extração.

A proliferação desses grandes projetos, que se apropriam do território, não se dá de forma pacífica o que fica evidenciado nos dados do Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL), uma rede de organizações da sociedade civil que registra os conflitos relativos a mineração de metais em grande escala, existem atualmente 219 conflitos que afetam 334 comunidades:

Quizá sea más importante señalar que estos conflictos revelan los profundos y negativos impactos que el sector extractivo puede tener en el medioambiente, en las prácticas culturales y en las actividades económicas locales. Además, demuestran que el fracaso de no poder satisfacer las expectativas de los ciudadanos está siendo cada vez más oneroso en términos económicos y políticos tanto para los inversionistas como para los gobiernos. (VIEYRA; MASSON, 2015, pp. 436).

A análise de atores que impõem suas racionalidades ao espaço geográfico denota processos de desterritorialização/reterritorialização a partir de determinados setores que estabelecem suas lógicas e conformam o território. Nesse sentido, pode se afirmar que historicamente o setor de mineração foi um dos que mais atuaram para tais mudanças em larga escala, a exemplo dos espaços apropriados pela Companhia Vale do Rio Doce (hoje somente Vale) no estado do Pará, sem contar outras tradicionais áreas como a região objeto do estudo – o quadrilátero ferrífero. Nesse sentido entender como se processam tais mudanças é esclarecedor:

O projeto minerador muda completamente as relações sociais e as disposições territoriais no espaço. São a partir das mudanças ocorridas que se constituem novas territorialidades, que compõem o entorno da mineração. Tal entorno é formado por um complexo jogo de relações de poder, no qual estão representados atores anteriores e posteriores ao empreendimento. Os novos e velhos atores se inter-relacionam, sejam para se unirem, quando detêm

interesses comuns ou para confrontarem-se quando objetivam fins antagônicos. Neste processo de relações sociais, os fluxos de trocas entre os atores sociais são diversos (informações, discursos ideologias, recursos financeiros, recursos naturais, apoios políticos, ações em geral). São através das ações sociais que se constroem as redes conectando os objetos, neste caso, os atores e formando os territórios, por e a partir das relações de poder. (WANDERLEY, 2005, pp.164-70).

Assim, não é possível entender facilmente essas relações, pois elas carregam consigo uma série de interdependências, que tornam essa coexistência quase um pacto, onde as partes mais fracas (as populações tradicionais) renunciam ao território em benefício das partes mais fortes (as empresas), que se apropriam e se hegemonizam no seu uso.

Assim, o território torna-se refém da atuação da grande corporação a exemplo do que se verificou em Mariana. Isso se deve por uma série de fatores: a) elevados investimentos de capital; b) gera expectativas e/ou cria possibilidades de inúmeros empregos localmente; c) atrai, logo de início, para a região na qual se estabelecerá a empresa, um contingente populacional expressivo, principalmente na fase de construção civil do projeto, ocasionando uma taxa de crescimento elevada que perdura por alguns anos.

Independentemente do impacto e dos problemas no campo social, o importante, para alguns gestores locais, é o aumento da população constituir-se em um indicador determinante para assegurar a redistribuição de alguns impostos vigentes no país, além dos Royalties pagos pelas empresas pelo uso do território para exploração da atividade. O quadro abaixo mostra a magnitude desses valores para os municípios do estado de Minas Gerais.

Quadro 1 - Maiores Arrecadadores CFEM -2014 – Estado de Minas Gerais

Município	Valor arrecadado (R\$)
Nova Lima	106.732.701,67
Mariana	106.059.924,46
Itabira	87.654.234,10
Congonhas	74.044.400,53
São Gonçalo do Rio Abaixo	70.697.724,69
Itabirito	67.068.307,36
Brumadinho	50.001.650,54
Ouro Preto	48.320.964,70
Itatiaiaucu	20.893.254,36

Paracatu	17.116.298,06
----------	---------------

Fonte: DNPM, 2017.

Adicionalmente, os municípios que absorvem essa população passam a auferir uma maior receita tributária. O melhor exemplo dessa situação é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em que o coeficiente de participação do município é determinado exclusivamente pelo número de seus habitantes. Quando a população de um município aumenta, o valor da sua cota de rapasses do governo federal também aumenta.

Apesar disso, os ganhos nem sempre compensam os custos, pois na maior parte das vezes o que se percebe é uma assimetria entre os atores que tomam parte desse processo, o que só se revela já no curso de sua implantação, como bem alertam Vieyra e Masson:

Los gobiernos subnacionales son especialmente vulnerables a los problemas relacionados con las capacidades. Aunque su capacidad institucional, que incluye la gestión de los ingresos, suele ser menor que la del nivel nacional, los gobiernos subnacionales tienen la responsabilidad fundamental de gestionar los conflictos sociales y ambientales. Estos son numerosos y costosos. (VIEYRA, MASSON, 2015, pp. 436).

No Brasil, esses grandes projetos resultaram em estudos que sugeriam uma apropriação menos conflituosa e mais igualitária na participação dos atores envolvidos, que na maior parte das vezes não foram considerados, em face do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, pautado no uso de seus recursos naturais e de retornos rápidos.

Sobre tal aspecto é importante salientar os trabalhos de Cunha, Silva e Nunes (2008) que apontam três dimensões dessas intervenções no território: 1) uma relativa às intencionalidades dos atores sociais, que é apresentada na fala dos envolvidos; 2) uma que se refere ao grau de institucionalização dos projetos, percebido no grau de formalização de modelos e estratégias de apropriação dos recursos naturais; e 3) uma dimensão relativa aos diferenciais de legitimação apresentados entre os projetos, referente aos esforços discursivos que dão sentido às intencionalidades. Miranda (2013) analisando tais dimensões destaca: “Os projetos territoriais são fundamentalmente políticos, pois envolvem atores sociais e instituições que podem defender interesses divergentes e são orientados por uma atividade econômica dominante, a qual articula outras atividades, atores sociais e ambientes.” (MIRANDA, 2013, pp. 155).

A partir de sua análise é possível entender como a lógica da mineração se impõe a determinadas frações do território brasileiro e, particularmente na porção à montante da

bacia do rio Doce. Existe um baixo grau de institucionalização, quanto a um arranjo participativo, que envolva a sociedade e os atores empresariais, sob a mediação do poder público, o que restou claro na “surpresa” que foi o episódio de ruptura da barragem, em Mariana.

Isso parte da narrativa governamental, centrando o setor de mineração como um dos motores do desenvolvimento do país, refletindo-se em todo um arcabouço legal de incentivo a atividade; bem como de outros normativos da área ambiental que demonstram pouca efetividade na reparação dos danos causados pelo setor.

Trata-se de uma atividade bastante verticalizada, com baixa porosidade a participação popular, o que revela uma institucionalidade muito baixa, quanto à arena de debates, mas muito alta quanto ao caráter corporativo, com anuência do Estado brasileiro, seja pela regulação ou pelas políticas públicas de incentivo ilimitado.

Ademais, as corporações que estão presentes na área do quadrilátero ferrífero demonstram força econômica e política pela organização e pela capacidade de mobilização. Dentre as principais empresas produtoras de bens minerais em Minas Gerais, estão: Vale, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Anglo Gold Ashanti, Samarco, Usiminas, Votorantim, Arcelor Mittal, Mineração Curimbaba, V & M Mineração e Cia. Brasileira de Alumínio (CBA), Kinross, Jaguar Mining, CBMM e Alcoa. Essas companhias financiam campanhas políticas, para o legislativo e executivo, o que lhes asseguram arcos de representação nos poderes constituídos, além de atuarem fortemente por intermédio de instituições associativas, a exemplo do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

Assim, o projeto territorial do alto rio Doce, revela um processo de despossessão que se forjou a partir da presença de atividades, as quais modificaram o modo de vida das populações tradicionais, mas, sobretudo das grandes empresas que atuam na mineração, tornando-o mais território de uns do que de outros. Certamente, esse foi um dos fatores que muito contribuiu para que se instaurasse o ambiente de conflito, quase inadministrável no pós-desastre.

A própria narrativa do poder público se viu no impasse, e tem se mantido, entre punir os responsáveis, reparar os danos, assegurar à retomada das atividades da empresa envolvida e reestabelecer as receitas para os governos. Tudo isso em meio a um território que agora se encontra judicializado no seu uso e com uma população reticente quanto ao futuro do rio, das atividades diretamente relacionadas a ele e daquelas que não dependem exclusivamente, mas foram afetadas.

A trajetória de relações denotou uma interlocução privilegiada com as grandes empresas e quase inexistência de diálogo com as comunidades que habitam a margem do rio. Dessa forma, a legitimidade quase inexistente, pois não há discurso que se mostre adequado a negligência anterior ao evento, quando o poder público não fiscalizou devidamente a ampliação da barragem; nem tampouco no pós-desastre que revelou esse descaso e reforça uma percepção de baixa capacidade do Estado brasileiro em coordenar as ações de reparação e punir os responsáveis pelo evento.

Ainda quanto a constituição dos territórios da mineração é importante destacar que segundo Cunha; Silva e Nunes (2008) os processos de territorialização contemplam as estratégias de produção do espaço, as de reprodução social e as formas de dominação. Assim:

Os processos de territorialização são o resultado das tensões entre os diferentes projetos territoriais e estão relacionados às transformações ocorridas numa figuração social específica, mediante a estruturação, desestruturação e reestruturação das formas de controle dos recursos naturais e da organização do espaço, o que decorre das práticas dos grupos sociais interdependentes. (MIRANDA, 2013, pp. 155).

Logo, essas frações territoriais vão se especializando e essa “vocação” se reflete na configura o da paisagem, que denota um funcionamento territorial acoplado aos agentes que presidem essa apropria o. No caso específico, como a minera o necessita de grandes extensões para se reproduzir e se realizar enquanto mercadoria, a ocupa o do território se d  em larga escala, abarcando um conjunto de recursos naturais e impondo uma reorganiza o sócio espacial, ou seja:

O projeto minerador muda completamente as rela es sociais e as disposi es territoriais no espaço. São a partir das mudanças ocorridas que se constituem novas territorialidades, que compõem o entorno da minera o. Tal entorno   formado por um complexo jogo de rela es de poder, no qual estão representados atores anteriores e posteriores ao empreendimento. Os novos e velhos atores se inter-relacionam, sejam para se unirem, quando det m interesses comuns ou para confrontarem-se quando objetivam fins antagônicos. Neste processo de rela es sociais, os fluxos de trocas entre os atores sociais são diversos (informa es, discursos ideologias, recursos financeiros, recursos naturais, apoios políticos, a es em geral). São através das a es sociais que se constroem as redes conectando os objetos, neste caso, os atores e formando os territórios, por e a partir das rela es de poder. (WANDERLEY, 2005, pp. 164-70).

Quanto   forma de rela o com grupos sociais, uma das estratégias mais utilizadas por essas grandes corpora es, e amparada na narrativa do poder público, pelas suas políticas e legisla es,   a incorpora o da popula o local   atividade. Com isso se estabelece uma

relação complexa, em que os indivíduos são separados entre aqueles que retiram algum benefício da atividade e das empresas e os demais que se tornam meros espectadores. Isso encontra amparo nas palavras de Haesbaert ao comentar que um dos sentimentos que o território pode provocar é: “[...] medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam” (2006, pp. 44).

Dessa forma, o conflito se acirra, pois, parte dele é reforçada pelos habitantes do lugar e com isso a apropriação e o despojo, ganham outra face, pois vem sob a máscara (e o discurso) do desenvolvimento e do bem-estar para as comunidades. O exemplo mais emblemático desse processo se deu com o Projeto Grande Carajás, no estado do Pará, que prometeu pagar a dívida externa do país com os recursos vindos da mineração. E no caso específico do vale do rio Doce é o discurso aparece no Plano da Bacia quando destaca a importância da ferrovia que escoar o minério do quadrilátero em direção ao Porto de Tubarão, no estado do Espírito Santo.

A atividade mineradora no Brasil incorpora disputas, conflitos de interesses, alianças de poder, estratégias de acesso e uso do território que se expressam no espaço construído e nas relações sociais. Assim, os territórios da mineração traduzem a histórica relação de subordinação das comunidades locais às estratégias de desenvolvimento de um país semiperiférico, formalizadas nas políticas públicas e leis, que regulam o território e viabilizam sua apropriação. Portanto:

A mineração tende a deixar intocadas as estruturas do subdesenvolvimento, sendo que, muitas vezes, até mesmo aprofunda as contradições do subdesenvolvimento. Isso não significa dizer que a mineração leve necessariamente ao subdesenvolvimento, mas sim que a tendência da mineração é reforçar os traços de concentração de renda e exploração próprias do subdesenvolvimento ou, em outras palavras, desenvolve o subdesenvolvimento (...). Isso facilita a criação de circuitos econômicos exclusivos e, por isso, excludentes das populações locais, principalmente de grupos de baixa renda e minorias étnicas. Sendo assim, os projetos mineradores têm caráter de classe não só por explorarem o fator trabalho na exploração, comercialização e transporte dos minerais, mas também por excluírem da apropriação do excedente econômico o conjunto das classes sociais não detentoras do capital. (COELHO, 2015, pp. 57)

Dessa forma, a mineração reorganiza, sob sua lógica essas extensas áreas, alterando o modo de vida, reconfigurando a paisagem e, sobretudo, tornando mais instável e precária a relação dos indivíduos com o território, impondo uma lógica de constante incerteza quanto ao futuro.

Os reflexos dessa dependência impõem um dilema, no caso específico: a retomada das atividades da mineradora Samarco, no município de Mariana que representa um expressivo impacto na economia local. De um lado, estão os atingidos pelo desastre que veem suas demandas serem excessivamente postergadas no atendimento, relegando-os a uma situação de insegurança e instabilidade quanto ao futuro; de outro lado, estão os trabalhadores da empresa, tanto nas áreas de extração do minério, como no seu terminal portuário, localizado na cidade de Anchieta, no estado do Espírito Santo.

Existem episódios de preconceito em relação aos moradores do povoado de Bento Rodrigues, manifestados pelas pessoas que ficaram desempregadas em face da desativação das atividades da mineradora, culpando-os pela paralisação da Samarco. Estima-se que a empresa gerava em torno de 6 mil empregos diretos na cidade de Mariana e representava 95% das receitas municipais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016). Dessa forma, se existem grupos que advogam a permanência da suspensão das atividades, existem também aqueles que defendem sua retomada, argumentando que isso contribui para que os prejuízos do desastre sejam mais intensos ainda.

Não existe opção entre o passado e o projeto de modernização, mas sim uma imposição, que relega ao plano secundário as comunidades tradicionais e seu modo de vida, em detrimento de um pretenso progresso que se faz à custa de prejuízos coletivos e benefícios privados, como o que se verificou no caso de Mariana. Os traços históricos que já vinham sendo substituídos paulatinamente pelo processo de territorialização presidido pelas grandes empresas, nos diversos setores produtivos, são cobertos pela massa de rejeitos advindos da barragem.

O prejuízo ao patrimônio histórico de Bento Rodrigues, notadamente a capela de São Bento, fica demonstrado na fotografia a seguir, que expressa a intensidade da destruição causada pela massa de rejeitos.



Fotografia 1 – A fé sob escombros. Fonte: autor, 2016.

Assim, como a capela que possuía significação para coletividade desapareceram as histórias dos sujeitos que habitavam a localidade. Há, portanto, prejuízos de natureza material, mas sobretudo, perdas emocionais, em um claro processo de despojo do território e da vida privada.

O episódio: a irrupção do despojo territorial

Em 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, liberou um volume de 34 milhões de m³ de rejeitos, causou a morte de 19 pessoas e afetou uma população superior a 420 mil pessoas que se distribuem ao longo de 660 quilômetros do rio Doce, coroando, o processo de desterritorialização já em curso, em um desastre ambiental em escala jamais vista no Brasil. (ANA, 2016)

Segundo o governo de Minas Gerais, só naquele estado os prejuízos econômicos imediatos do desastre foram estimados em pelo menos R\$ 1,2 bilhão, sendo que mais de 320 mil pessoas foram – de alguma maneira – afetadas pelo desastre (MINAS GERAIS, 2016). As multas e sanções pecuniárias aplicadas e estimativas parciais sobre os danos estimam as perdas econômicas em consequência do episódio em R\$ 26,2 bilhões de reais (TERRA BRASIS RESSEGUROS, 2016).

O desastre de barragem de Bento Rodrigues é um ponto de aceleração no processo de desterritorialização que já vinha se desenhando pelas transformações históricas e a

ocupação das margens do rio Doce por atividades econômicas diversas que se destinavam ao suporte da economia urbana/industrial. Portanto:

A tragédia provocada pela Samarco sobre o Rio Doce e suas comunidades expõe o ápice desse conflito entre as matrizes de racionalidade e as práticas de territorialidade dos sujeitos envolvidos, revelando a incompatibilidade entre as duas visões de mundo (...). De um lado, a visão e prática da mineradora, orientada pela matriz de racionalidade desenvolvimentista capitalista, que limita a natureza à ideia de recurso, onde solo e subsolo são exauridos para a extração de minérios destinados à exportação (para posterior importação de eletrônicos), e os rejeitos da atividade são depositados nos cursos d'água, inviabilizando quaisquer outros usos; De outro lado, o modo de viver de povos originários indígenas, comunidades camponesas e tradicionais, orientado pela matriz de racionalidade não desenvolvimentista, que dialoga com a natureza como mãe e constrói territórios do pertencimento, onde as águas do Rio Doce alimentavam as atividades de produção do alimento (pesca, caça, agricultura), de lazer, de comunicação e deslocamento, de rituais da religiosidade, revelando-se como importante espaço da prática de saberes. (FERREIRA, 2016, pp. 273)

No caso específico do desastre de Mariana representa o ponto culminante da trajetória histórica de leniência do poder público, na apropriação territorial por distintas atividades econômicas. A leitura do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Doce demonstra problemas de toda ordem, como: a) Desmatamento generalizado e o mau uso dos solos, tanto para a monocultura do eucalipto, como para agricultura ou pastagem; b) Assoreamento é um dos problemas sérios que atinge a bacia, que recebe carga de sedimentos provenientes das áreas a montante; c) Erosão nas áreas em que as rochas e o solo têm em sua composição química grandes concentrações de alumínio; d) Uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras, contaminando o curso d'água; e) Urbanização da bacia, principalmente pelo quase inexistente sistema de tratamento de esgotos; e f) Ocorrência de inundações.

Assim, todos os aspectos possuem interdependência, considerando que o desmatamento indiscriminado e o manejo inadequado do solo criam condições favoráveis aos processos erosivos, que somados aos despejos inadequados advindos da mineração e de resíduos industriais e domésticos, resultam no assoreamento do leito do rio Doce. Adicionalmente, as cidades ocuparam a planície de inundação do rio e, ciclicamente, períodos de pluviosidade mais intensa provocam o alagamento destas planícies, trazendo prejuízos às populações urbanas.

A percepção desse conjunto de problemas decorrentes das atividades econômicas desenvolvidas e da ocupação humana, que levam ao despejo de rejeitos sem tratamento no rio, adquire uma centralidade, que lança o foco na disputa de usos, mas secundariza as questões relacionadas a possíveis desastres ambientais resultantes dessas atividades.

Na leitura do Plano da Bacia, se percebe que, apesar da forte presença da atividade mineradora em larga escala na bacia do rio Doce, existe destaque para aspectos positivos, enaltecendo os efeitos socioeconômicos, e por vezes mostra uma neutralidade, ao não discutir impactos negativos, ambientais e sociais da mineração.

Somente quando da ocorrência do desastre algumas instituições oficiais sinalizaram para o histórico de eventos dessa natureza e chamaram atenção para o adensamento da atividade mineradora no vale do rio Doce. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, existem cerca de 366 áreas de concessão de lavra na bacia e houve um alerta que algumas centenas de barragens no país encontram-se em situação de risco, apesar da existência de uma Política Nacional de Segurança de Barragens.

Da perspectiva da intensidade do desastre, em tese, a população mais afetada seria aquela dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, nas proximidades de Mariana. A primeira povoação teve seus 600 moradores afetados e mais de 200 imóveis comprometidos pelo rio de rejeitos. No entanto, por se tratar de um curso de água que se estende por dois estados do Brasil e que seus usos são múltiplos, os impactos são igualmente difusos e complexos, se estendendo por centenas de quilômetros. O fragmento textual denota a magnitude do desastre:

Ao longo de semanas ficamos todos perplexos com a escala do desastre causado pelo rompimento da barragem do Fundão: um mar de lama rio abaixo, levando tudo o que encontrava no caminho, desde pessoas, plantações, bois, cavalos, porcos e cabritos até lixo, entulho e tudo mais existente no seu trajeto alterado pelos milhões de metros cúbicos de lama! Muito triste ver peixes se debatendo, tentando respirar e cada vez mais sendo enterrados nesta lama! Pequenas centrais hidrelétricas tiveram sua barragem de água substituída por rejeito e lama. Também desapareceram moluscos, plantas aquáticas, vegetação ribeirinha e até o limo das pedras que serve de alimento para os animais aquáticos. A paisagem geral ao longo do rio que transbordava era do tipo “lunar” mais evidente ainda pelo brilho escuro do minério de ferro em suspensão e que se depositava instantaneamente, tamanha sua concentração na água. Na medida em que se depositava e secava ia cobrindo o leito, as margens, as áreas do entorno. (BARBOSA; MAIA-BARBOSA; NASCIMENTO et al., 2015, pp. 164).

Em algumas horas o território já marcando por mudanças se desfaz na sua plenitude. Comunidades tradicionais e cidades centenárias, além de outras populações que habitam a margem do rio são impelidas a estabelecer uma nova relação com o corpo de água, refazendo sua imagem e seus laços afetivos, determinada pela restrição ao consumo e pela insegurança no seu uso.

A dimensão do desastre é diretamente proporcional aos efeitos no tempo e no espaço que ele provocou (e provocará no futuro) evidenciando que as relações de dependência

existentes com o curso d'água estão comprometidas por anos a considerar os impactos destacados pela ANA (2016): a) interrupção do abastecimento de água em função da degradação da qualidade da água nos rios afetados; b) prejuízos à agricultura (irrigação); c) prejuízos à indústria e demais atividades econômicas que dependem da qualidade da água dos corpos hídricos atingidos; d) prejuízos à produção de energia nas hidrelétricas; e) comprometimento da pesca em toda a extensão do rio e na transição com o ambiente marinho; f) comprometimento do turismo, sobretudo na região do estuário do rio Doce; g) destruição de áreas de preservação permanente nos trechos de cabeceira; h) assoreamento dos corpos hídricos; i) alterações morfológicas dos corpos hídricos atingidos; j) mortalidade de peixes e de outros organismos aquáticos; e k) perturbações do equilíbrio dos ecossistemas aquáticos.

Nesse contexto, despontam novos atores e o corpo d'água passa a ser objeto de um litígio onde as comunidades tradicionais são apenas espectadores passivos frente a uma complexa arena de disputas. A velocidade das reparações é diametralmente oposta aos efeitos do desastre, considerando que a fluidez do corpo de água para espalhar os rejeitos em nada se assemelha a capacidade de resposta do poder público.

Nesse aspecto, o arranjo formalizado pelo poder executivo federal, embora não reconhecido pelo poder judiciário, se mostra bastante complexo em face da extensão dos danos a serem reparados. O Comitê Interfederativo (CIF) presidido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) vinculado ao Ministério do Meio Ambiente agrega representantes de outras instituições federais, dos governos dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como do Comitê da Bacia e das municipalidades atingidas. Trata-se de um arranjo deliberativo que possui instâncias técnicas representadas pelas onze Câmaras que tratam de distintos temas.

Ademais, todo o conjunto de ações de reparação imediata e a longo prazo constam de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre as partes (empresas e poder público) que elenca Programas a serem desenvolvidos ao longo de duas décadas e a um custo de aproximadamente R\$ 20 bilhões.

Embora as ações mitigatórias emergenciais tenham ficado a cargo do poder público, em face da urgência de resposta, a execução das ações de reparação em médio e longo prazo ficaram sob a responsabilidade da Fundação Renova, instituída pelas empresas controladoras da SAMARCO, Vale e BHP Billinton.

Ainda existem outros atores centrais nesse processo que são o Ministério Público (federal e dos estados); a Defensoria Pública (federal e dos estados) e o poder judiciário que seria a instância de arbitragem do litígio. No entanto, a postura dessas instituições e as decisões judiciais colocam em dúvida a celeridade e intenção de fazer as reparações aos atingidos, considerando que algumas das ações propostas pelo Ministério Público estão suspensas.

Assim, haveria um conjunto de atores centrais que poderia ser separado em dois agrupamentos: a) o primeiro que discute na esfera judicial (criminal e cível) os efeitos do desastre, para posteriormente penalizar seus causadores; b) o segundo que atua para reparar os danos decorrentes do episódio. No entanto, não existe formalmente nenhuma instância que incorpore a participação da sociedade civil, o que vem revelando a fragilidade desses atores, levando a empresa e a Fundação Renova a transacionar acordos extrajudiciais, que ainda não se sabe se promovem de fato as reparações necessárias as comunidades.

Adicionalmente, o conjunto de iniciativas desse complexo arranjo de governança, apresenta descompasso na resolução de algumas questões ainda em aberto, sobretudo aquelas que asseguram a qualidade da água para desedentação humana, além de encaminhar ações que possibilitem a retomada de atividades produtivas dependentes diretamente do rio, tais como agricultura, pesca e turismo.

Essa demora em oferecer respostas e soluções leva os moradores a um sentimento de abandono e desesperança que marca episódios dessa natureza conforme já destacado no fragmento textual:

[...] o vagar nas providências burocráticas de reconhecimento da emergência nos níveis superiores de governo é um indício preocupante de indiferença pública ao quadro agudo de desproteção de direitos dos afetados. A letargia burocrática decorrente de um misto de insuficiência de quadros, incapacidade técnica e rotinas administrativas lentas, cuja morosidade é aceita socialmente, é dissonante de um ideário de atendimento pleno nas emergências visando à ideia de normalização das rotinas do lugar. (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011, pp. 35).

Logo, existe uma desproporção entre aquilo que vem sendo feito e entregue aos atingidos, pelo poder público, nos três níveis, bem como pela Fundação Renova e ainda não se encontrou um formato de “escuta” da população de forma sistematizada, havendo uma fragmentação nesse processo e, conseqüentemente nas respostas, que continuam se mostrando excessivamente demoradas.

A vocalização dos “sem rio” e as imagens da territorialidade pós-desastre

A aproximação com os atingidos pelo desastre é sempre um processo delicado, pois envolve uma enorme carga de negatividade e apatia quanto a resolução de seus problemas, criando um ambiente tensionado; mas também são esses sentimentos que permitem extrair da população algumas falas que norteiam a análise e demonstram a necessidade de modificar a relação entre o poder público e sociedade civil.

Aqui esses sujeitos serão desidentificados, pois suas narrativas resultam de um processo de consulta sistematizada, mas não oficial, que buscou entender a extensão dos danos causados pelo desastre e a percepção da população atingida quanto a capacidade de resolução e resposta, por parte do poder público e da Fundação Renova.

Um dos participantes demonstrou preocupação com as ações emergenciais de apoio à população local, externando uma impressão pessoal: “[...] que as ações dos agentes envolvidos estavam muito mais adiantadas nos aglomerados urbanos ao longo do Rio Doce e que as comunidades de Regência e Povoação onde as ações deveriam chegar, ainda não chegaram na velocidade necessária [...]”, citando, inclusive a questão dos esgotos e demais ações previstas no TAC.

Passados dois anos do desastre, é fato notório que as ações ainda são demoradas nas suas respostas, como já destacado, mas também ficou evidente que as cidades receberam maior atenção do poder público, nos dois estados, em face das pressões exercidas pelos grandes contingentes populacionais. Tal fato, reforçou nos atingidos uma percepção de tratamento diferenciado e negligência no atendimento de pequenas comunidades e das populações rurais que se encontram difusas pelo território.

Vale ressaltar que a questão de esgotamento sanitário não possui relação com o desastre, mas foi uma das iniciativas que as prefeituras demandaram, no âmbito do TAC, substituindo a política federal de saneamento, que historicamente vem encontrando dificuldades orçamentárias na sua implementação. Nesse sentido, verifica-se que a aplicação dos recursos a serem dispendidos pela Fundação Renova, extrapola a reparação de danos decorrentes do desastre.

Uma liderança local pontuou que os atingidos vêm se reunindo com inúmeros interlocutores, a fim de repassar suas necessidades e aguardando as devolutivas, que neste tempo, os interlocutores foram constantemente substituídos, houve a troca dos gestores do país e demais órgãos envolvidos neste processo, e que a grande preocupação é a perda que todas essas mudanças trazem ao processo.

Os laços de confiança são relevantes em qualquer relação, sobretudo, quando se dão em meio a uma situação conflituosa, como é o caso. As mudanças ocorridas no governo brasileiro, pois menos de seis meses depois do desastre ocorreu o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, ocasionaram mudanças na administração pública e, conseqüentemente, na interlocução com a população atingida. Nesse sentido, as respostas tiveram atraso, em face da apropriação do assunto pelos novos gestores, bem como de modificações ocorridas na estrutura da Fundação Renova. Essas são fatores que acirram a tensão e aprofundam a apatia dos atingidos, quando se observa a secundarização de suas necessidades urgentes.

Um comerciante local destacou não possuir mais condições financeiras e nem psicológicas de atender aos clientes, que vários comerciantes fecharam as portas dos seus estabelecimentos, o que se refletiu na economia doméstica levando alguns deles a inadimplir com escolas e faculdades dos filhos, destacando que no passado: “[...] nunca atrasaram uma mensalidade e que hoje apresentam de três, quatro a cinco, mensalidades atrasadas”. E complementou que nem sabe mais se vai fazer matrícula dos filhos no próximo ano.

Destacou ainda que, como comerciante, sempre esteve com seus compromissos financeiros em dia e que agora tem dívidas que ultrapassam 60 mil reais. O mesmo participante destacou que as promessas de indenizações estavam previstas para fevereiro de 2016 e depois passaram para julho do mesmo ano e que os socorros oferecidos, além de atrasados, não cobrem todos os aspectos dos prejuízos sofridos, que tem morador com contas de energia atrasadas por três ou quatro meses.

O sentimento de insegurança quanto ao futuro das famílias gerou uma série de problemas emocionais, segundo relatos dos órgãos de saúde estaduais. O fato de suas vidas financeiras dependerem de terceiros, envoltos na burocracia, tem afetado a população que dependiam de alguma forma do rio para sobreviver.

O problema fica bastante agravado nas comunidades que tinham como fonte de renda predominantemente, a agricultura, a pesca e o turismo. No caso dos dois últimos isso está relacionado, sobretudo a porção litorânea do estado do Espírito Santo, onde se localiza a foz do rio Doce e existem vilarejos que sobreviviam dessas duas atividades, a exemplo de Regência.

Uma professora, complementou a fala do interlocutor dizendo que as localidades de Regência e Povoação-ES têm as mesmas características dos atingidos em Mariana-MG,

com ribeirinhos, pescadores, comunidades tradicionais, mas que a aparência é de que a urgência e os direitos não são os mesmos. A própria cobertura da imprensa revelou uma centralidade de Mariana, em face de sua proximidade do local do desastre, reforçada no linguajar popular que denomina até hoje o episódio como o “desastre de Mariana” ou o “desastre da Samarco”, obscurecendo até o povoado de Bento Rodrigues, o rio Doce e outras localidades que estão no seu curso. Tal fato, vem revelando a percepção que as comunidades mineiras possuem um tratamento diferenciado e mais célere nas suas demandas, que as do estado do Espírito Santo.

A professora ressaltou que para a população, a Samarco (Fundação Renova) está gastando muito dinheiro em programas e contratação de pessoal, que possui canais de comunicação que não se mostram efetivos no diálogo com os atingidos e que tais recursos deveriam ser destinados a ações mais efetivas. No entanto, é necessário destacar que os Programas previstos no TAC necessitam de acompanhamento, por parte da Fundação e do seu Conselho Curador, que estão sob o crivo legal e fiscalização do Ministério Público, para tanto, possuir um quadro de colaboradores é imprescindível. Porém, ainda deve existir uma preocupação de todos os órgãos, notadamente aqueles que realizam fiscalização e controle, quanto aos excessos praticados seja na remuneração desses profissionais, como também na quantidade ideal para atuar na implementação dos Programas.

Por fim, a professora afirmou entender que: “[...] o país não estava preparado para tragédia de tais proporções, mas se o país não estava, a comunidade também não, com o agravante que a comunidade é a parte mais vulnerável de toda a situação”. De fato, essa narrativa evidencia a surpresa do país, que vivencia o desastre pela cobertura da mídia, mas não é afetado pelo episódio; e ao mesmo tempo o drama dos atingidos pelo desastre, que sobrevivem na incerteza, sofrendo de perto os efeitos do desastre.

Em seguida, outra liderança dos moradores locais, representante da comunidade no Conselho Consultivo do CIF, lembrou que antes da tragédia, a comunidade já sofria os efeitos da crise hídrica que assolava o Espírito Santo, situação essa agravada de forma substancial com o desastre, que restringiu o consumo de água para desedentação e atividades produtivas.

A liderança prosseguiu enfatizando que o impacto social é muito maior do que o ambiental e que o governo não fez muita coisa para ajuda-los, uma vez que o desastre é um fato e: “[...] agora temos que pensar em como conviver com ele e buscar soluções alternativas de viabilização da sustentabilidade local, de reorganização social, pois estamos falando de

gente”. Apesar de toda apatia e descrédito que toma conta de grande parte dos atingidos, existem lideranças que desejam encontrar soluções para a superação da crise instaurada. E complementou: “o que não pode acontecer é as pessoas se tornarem dependentes de uma pensão mensal [auxílios da Fundação Renova]”. Nesse sentido, as alternativas devem ser objeto de atenção a fim de assegurar, de fato, a retomada da vida dessas pessoas.

Destacou ainda a liderança que as ações previstas nos programas do TAC, devem e vão contribuir muito para a recuperação da qualidade de vida da comunidade, mas após um ano [agora dois], ainda não chegaram e indagou sobre a espera, lembrando que o tempo é um fator relativo. Ou seja, para os atingidos tudo é urgente, pois suas vidas se desestruturaram completamente, já para os atores responsáveis pelas ações de reparação (CIF e Fundação Renova), o tempo é determinado pelos procedimentos burocráticos. A liderança alertou: “[...] a previsão de seis meses, pode parecer pouco tempo para alguns, mas para os que já estão na expectativa e nessa situação há um ano, passando, necessidades, humilhações e agressões todos os dias, e ainda sendo acusados pelos demais comunitários de estarem vendidos às empresas, precisando até mesmo, se trancar dentro de suas casas”.

Esse aspecto só é percebido pelos que habitam as áreas afetadas pelo desastre e foi narrado pela liderança ao comentar que há uma desestruturação socialmente as comunidades com ocorrências de casas invadidas, brigas entre vizinhos e familiares, em face do tratamento diferenciado que a Fundação Renova vem dando nos auxílios, seja na tempestividade e mesmo nos critérios para concessão, o que se refletiu na sua fala: “Nós perdemos nossos laços familiares, perdemos aquele sentimento gostoso de comunidade, perdemos o costume de sentar, sorrir e dar um bom dia, hoje em dia, nós só escutamos, quando chega o meu cartão, porque meu cartão não chegou? Os muros das casas estão aumentando porque os vizinhos não se suportam mais”.

A mesma liderança, pontuou ainda que os problemas ambientais que acometiam o rio eram de conhecimento amplo mesmo, mas que antes do desastre essas populações ainda tinham de onde tirar seu sustento. Ou seja, os problemas ambientais enfrentados pelo rio já eram percebidos pelas populações cotidianamente, quadro que foi agravado pelo episódio e conclui: “Um ano de necessidades, um ano de portas fechadas, um ano de mensalidades escolares atrasadas, um ano de pesca prejudicada, um ano de pousadas vazias, um ano de água contaminada”.

O representante da associação dos pescadores falou que está recebendo o auxílio da empresa que gira em torno de R\$ 1.200,00, mas que em plena atividade tinha mês que tirava de entre R\$ 7.000,00 e R\$ 8.000,00/mês e que ainda existe o problema da ociosidade dos equipamentos de pesca e de refrigeração do pescado, gerando depreciação de toda a estrutura, por conta da proibição da pesca na região.

Ressalte-se que a determinação veio da Marinha do Brasil, orientada pelos primeiros estudos realizados pelos órgãos ambientais, os quais detectaram alto grau de turbidez das águas do rio e na sua foz, bem como de índices elevados de rejeitos de minério em suspensão, o que poderia comprometer o consumo do pescado. Que o alto índice de analfabetismo entre os pescadores dificultou a mobilização da classe na defesa de seus direitos e alerta: “Estamos falando de vidas, água é vida. O que nós temos é isso aqui [com uma garrafa de água na mão], nós não buscamos riquezas, buscamos somente nossa vida de volta”.

Essa inconstância quanto a qualidade do pescado em face de distintas metodologias adotadas pelos órgãos ambientais é um dos maiores fatores de insegurança das populações ribeirinhas e sempre destacada, conforme se verificou na fala do representante da associação comercial que questionou quanto a falta de informações claras sobre análises a respeito da contaminação do pescado.

De forma geral, os representantes alertaram que a comunidade teve sua dieta radicalmente alterada, pois antes consumiam pescado e outros alimentos produzidos na região e que hoje, têm de lançar mão de uma dieta com predominância de processados e que a preocupação com a saúde dos moradores é grande, em face da abrupta mudança.

A representante da associação de moradores chamou a atenção para o fato de muitas crianças, idosos e demais membros da comunidade adoecerem, apresentando quadros de dores abdominais, coceiras, dormências, entre outras enfermidades, que estão relacionando essas ocorrências à água e alimentação, possivelmente contaminada, e a ausência de estudos e laudos conclusivos quanto ao nível de contaminação dos recursos, o que só faz aumentar a desconfiança e a rejeição da população.

Uma liderança local, indagou aos pesquisadores: “Vocês notaram alguma coisa na feição dos comunitários aqui presentes”, sendo-lhe respondido que se percebia um ar de apreensão em todos. Diante da resposta, o participante continuou sua fala dizendo não haver o mínimo de alegria na feição dos mesmos, que desde a ocorrência do desastre: “nossa comunidade não consegue mais sorrir”.

Isso expressa o ambiente de instabilidade e insegurança, individual e coletiva, que tomou conta das comunidades e reforça um aspecto associado as paisagens do medo de Tuan, quando enfatiza os efeitos do desastre como uma força hostil, que causa aversão, pois a pessoa não se reconhece ali e não percebe a vida socialmente compartilhada (TUAN, 2005).

A mesma liderança reclamou o apoio do poder público para que os moradores possam voltar a sorrir e disse que é necessário: “[...] levantar a cabeça e buscar mudar a sua realidade atual, mostrando aos turistas que existem atrações, como lagoas, trilhas, praias para que possam mostrar aos praticantes do surf; mas só com o apoio dos agentes e da comunidade não é possível mudar a realidade”.

Por fim, se percebeu um ar de esperança nos participantes quando destacam as iniciativas independentes na busca de saídas para a crise, seja na busca de parcerias ou no encontro de alternativas para retomada das atividades econômicas, assegurando a geração de emprego e renda, tais como trilhas agroecológicas; plantações de cacau e beneficiamento por intermédio de pequenas indústrias; e mesmo o turismo que poderia ser gerado em face do desastre que ainda desperta a curiosidade de muitas pessoas.

Entende-se que mesmo que os programas, indenizações e compensações cheguem, nada vai recuperar todos os flagelos e as consequências psicológicas e sociais a que foram submetidas as populações que dependiam do rio Doce de alguma forma e que o sentimento de desaparecimento do território e da história que ele carrega consigo se expressa na fala de uma moradora ao dizer: “Não, Bento [Rodrigues] acabou. Bento [Rodrigues] foi um lugar que existiu e não existe mais. Virou fantasma, não existe mais nada lá além de umas seis casas de sobra. Mas acabou. Foi uma catástrofe”.

Considerações Finais

O modelo de desenvolvimento brasileiro historicamente se mostrou polêmico na apropriação dos recursos naturais e na permissividade do poder público a atividades potencialmente danosas ao meio ambiente, a exemplo da mineração.

Apesar da evolução legal e do aparato institucional relacionado a proteção ambiental nas últimas décadas, não se observou a mesma modernização na fiscalização e regulação de determinados setores produtivos, que alternaram momentos de fraqueza no cumprimento de suas missões legais, como o Departamento Nacional de Produção Mineral. O foco de ação estatal foi muito mais de incentivo a atividade, concedendo as grandes corporações

mundiais extensas áreas, o que corroborou para o processo de “reprimarização” da economia brasileira e enfatizou excessivamente o setor petrolífero, com a descoberta das reservas do pré-sal, relegando a plano secundário uma política de regulação para as demais modalidades.

Isso constituiu “territórios da mineração dentro do território nacional”, alguns deles conhecidos por toda sociedade brasileira, a exemplo de Carajás, no sul do estado do Pará, da Serra do Navio, no estado do Amapá ou ainda do Quadrilátero Ferrífero, no estado de Minas Gerais, onde se localiza a mineradora Samarco, em Mariana. Para a sociedade brasileira cada um desses territórios construiu uma imagem de “eldorado”, capaz de atrair grandes contingentes de migrantes e despertar a expectativa de enriquecimento de indivíduos e empresas; mas também foram territórios de frustração e desesperança.

No entanto, em nenhum desses casos o país experimentou um desastre ambiental de tamanhas proporções, seja na sua extensão territorial, seja na diversidade de aspectos afetados pelos rejeitos do minério de ferro como no rio Doce.

Assim, entende-se que não existe uma desterritorialização/reterritorialização no sentido estrito, mas uma nova territorialização que formaliza a histórica disputa pelo uso do território e, conseqüentemente, do rio na forma da judicialização territorial. Para as populações ribeirinhas (rurais e urbanas) isso resulta em um ambiente de tensionamento e forte instabilidade na sua vida cotidiana; para os atores institucionais envolvidos no planejamento de ações e na reparação dos danos resulta em um cenário jamais visto no país, que nunca teve a cultura da prevenção de riscos como um dos focos das políticas públicas; e para a empresa envolvida constitui-se em um episódio que a inobservância de normas e o desejo de maximizar lucros, aliado a leniência do poder público resultou em altos prejuízos.

Apesar da extensão do desastre, a população ainda carece de respostas mais tempestivas do poder público e da Fundação que ficou responsável pelas reparações, e mantém-se distante pela desconfiança quanto a possibilidade de retomar suas vidas, seja pela contaminação do espírito burocrático que envolve os tomadores de decisão, seja pela insensibilidade que a excessiva observância de procedimentos gera no tempo das ações.

Adicionalmente, o processo de escuta realizado se deu de forma excessivamente fragmentado e desarticulado, o que fracionou a vida e os territórios em temas, como se eles não guardassem relação entre si. Dessa forma, as ações de reparação tem sido objeto

de críticas quanto a sua efetividade e vem se mostrando como um fator de acirramento das tensões entre os atores envolvidos.

O ineditismo do episódio trouxe à tona um conjunto de questões sobre o rio Doce, mas, sobretudo, levou a reflexão acerca de questões mais amplas, tais como: Qual desenvolvimento o Brasil deseja? É um projeto de nação com base na exploração de seus recursos naturais a qualquer custo? Que papel deve desempenhar o Estado na ação preventiva nas atividades econômicas que possuem algum risco ambiental? Quais aspectos devem ser considerados para estabelecer relações mais confiáveis e menos assimétricas entre atores que são partícipes de projetos territoriais?

Enfim, existiriam outras tantas indagações ainda sem respostas, mas que podem ordenar os territórios da mineração no país, entendendo que tais relações não devem necessariamente ser de subordinação e de concessão da totalidade territorial para as grandes corporações, entendendo-os na perspectiva relacional em que as frações se integrem, sem que necessariamente sejam obscurecidas, em detrimento dos atores hegemônicos.

Referências Bibliográficas

ANA/AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce*: relatório executivo. Brasília: ANA, 2013.

ANDRADE, Manuel C. A questão do território no Brasil. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARCURI, M.; LAIA, P. O.; SUNER, R. Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão. In: *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*. V. 24, n. 1, Belo Horizonte: UFMG, 2015.

BARBOSA, F. A. R.; MAIA-BARBOSA, P. M.; NASCIMENTO, A. M. A. et. al. O desastre de Mariana e suas consequências sociais, econômicas, políticas e ambientais: porque evoluir da abordagem de Gestão dos recursos naturais para Governança dos recursos naturais. In: *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*. V. 24, n. 1, Belo Horizonte: UFMG, 2015.

BRUNET, R., FERRAS, R. et THÈRY, H. *Les mots de la géographie, dictionnaire critique*. Montpellier/Paris: Reclus/La Documentation Française, 1992.

COELHO, T. P. *Projeto Grande Carajás*: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015.

CUNHA, L. H.; SILVA, J. I. A. O.; NUNES, A. M. B. *A proteção da Natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização*. In: Revista Raízes, vol. 27, nº 1, 2008, p. 80-96.

DEMATTEIS, G. Geografia Democrática, território e desenvolvimento local. In: *Revista Formação*, n.12, v.2, 2005, p.11-26.

DNPM. *Distribuição CFEM*. Disponível em https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem.aspx.

FERREIRA, S. R. B. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, B.; LOSEKAN, C (Orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 267-310.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *PIB de Minas Gerais: anexo estatístico 20101013* Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2745-produtointerno-bruto-de-minas-gerais-pib-2>.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBRAM. *Relatório Anual*. Brasília: Ibram, 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, *Política Urbana e Gestão Metropolitana. Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG*. Belo Horizonte: Sedru, fev. 2016. Disponível em: http://www.urbano.mg.gov.br/images/NOTICIAS/2016/relatorio_final.pdf.

MIRANDA, R. S. Ecologia política e processos de territorialização. *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 1, Janeiro/Abril 2013.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. *Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território*. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42.

TERRA BRASIS RESSEGUROS S.A. *Terra Report Edição Especial: Mariana*. Disponível em: <http://www.terrabrisis.com.br/Content/pdf/>.

TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. (Tradução de Livia de Oliveira). São Paulo: UNESP, 2005.

VALENCIO, N.; SIENA, M. MARCHEZINI, V. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

VIEYRA, J. C.; MASSON, M. *Gobernanza con transparencia en tiempos de abundancia: experiencias de las industrias extractivas en América Latina y el Caribe*. Juan Cruz Vieyra, Malaika Masson, Editores. 2015

WANDERLEY, L. J. M. As múltiplas relações espaciais de poder no espaço da mineração. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, 2005, p. 16449-16472.